

20 NOV 1987

O deputado cearense Ubiratan Aguiar, do PMDB, é de opinião que o destino da Constituinte será definido na sessão plenária convocada para a próxima terça-feira. O seu raciocínio é simples e lógico: de um lado teremos o Centrão, preocupado em modificar o Regimento Interno da Constituinte para imprimir rumos totalmente diferentes ao trabalho de elaboração constitucional; de outro, o grupo de centro-esquerda, liderado pelo senador Mário Covas, interessado em fazer prevalecer no plenário da Constituinte as vitórias por ele conquistadas na Comissão de Sistematização. O lado que detiver maior poder de fogo fará prevalecer suas opiniões e critérios na Constituinte.

Ontem, o senador Mauro Benevides, que responde pela presidência da Constituinte, na ausência de Ulysses Guimarães, continuou desenvolvendo esforços, na tentativa de chegar a um acordo com os grupos políticos em conflito. Mauro Benevides reuniu-se separadamente com o senador Mário Covas e depois teve um encontro com vários líderes de partidos. Mas o deputado Amaral Netto foi quem melhor caracterizou o presente quadro político. Explicou Amaral a Mauro Benevides que os líderes formais de partidos desapareceram da Constituinte, para darem lugar a dois blocos, um de centro e outro de esquerda. De nada adianta, segundo frisou o líder do PDS, ouvir a ele ou a Covas como líderes de partidos, porque as organizações partidárias foram absorvidas por dois blocos com concepções políticas diametralmente opostas. Faz-se necessário a Mauro Benevides, de acordo com a opinião de Amaral Netto, ouvir a Covas como o líder de um grupo e, de outra parte, os coordenadores do

Centrão, para que os dois lados possam informar o que pensam sobre a reforma do Regimento Interno da Constituinte.

Ontem, num encontro casual com o senador Mário Covas, o deputado Amaral Netto teve oportunidade de lhe dizer que considera bom que ocorra um impasse na Constituinte, porque só assim se oferecerão as condições para o diálogo e o entendimento. Acha que antes de tudo é preciso que o Centrão, ao qual pertence, e dê uma demonstração de força política, pondo 280 dos seus representantes na sessão plenária da Constituinte da próxima terça-feira. A partir daí, no entender do líder do PDS, o grupo de Covas, percebendo que não é mais maioria, se sentirá interessado em negociação. Dirigindo-se diretamente a Mário Covas, preocupado em que a reforma do Regimento não esmague as minorias, Amaral Netto fez-lhe a seguinte advertência: «Lembre-se de que na Comissão de Sistematização, você e seus liderados estavam com a ponta da faca apontada contra nós do Centrão. Agora, as posições se inverteram e somos nós do Centrão que estamos como cabo da faca...» «Como?», quis saber o líder do PMDB. Resposta do líder do PDS: «Na Comissão de Sistematização, vocês, Covas, conseguiram ali formar a maioria. Mas, neste momento, nós dispomos da maioria do plenário da Constituinte».

Oposição a Paulo Guedes na Sudene

O governador Tasso Jereissati, do Ceará, interpretando o sentimento de colegas seus do Nordeste, vem há dias manifestando sua inconformidade com as notícias de que o baiano Paulo Souto, ligado ao ministro Antônio Carlos Ma-

galhões, seria nomeado para a superintendência da Sudene. A sua principal alegação é a de que a Bahia já se encontra bastante aquinhoadada no atual Governo. Hoje, o governador cearense será recebido em audiência pelo presidente Sarney, a quem naturalmente irá expor as suas razões. Ontem, em círculos do PFL no Congresso, dava-se como assunto praticamente consumado a nomeação de Paulo Souto para a Sudene.

Chocado

Em conversas informais o presidente Sarney revela ter ficado chocado com as exigências políticas, (não atendidas) feitas pelos deputados Fernando Bezerra Coelho, do PMDB de Pernambuco, e Siqueira Campos, do PDS de Goiás, para votarem no mandato de cinco anos na Comissão de Sistematização da Constituinte.

O senador Humberto Lucena, presidente do Senado, considera perfeitamente possível que o plenário da Constituinte reconsidere a decisão anteriormente tomada e dê a Sarney o mandato de cinco anos. Na sua opinião, a realização das eleições presidenciais em 88 nada resolveria, pois a grande questão com a qual nos defrontamos é representada pela crise econômica. Para Lucena, deve-se dar prioridade à solução imediata dos problemas econômicos, a fim de assegurar estabilidade ao processo democrático, que corre riscos, pois o prestígio da classe política se encontra em julgamento, em condições pouco favoráveis, sendo preciso restaurar sua credibilidade.

Segundo o presidente do Senado, as principais lideranças partidárias do País deveriam se reunir e tentar chegar a uma trégua política, para que o Governo possa equacionar a crise econômica.